

A ARGUMENTAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO DOMÍNIO DA LÍNGUA NO PROCESSO COMUNICATIVO

Uma das maiores diferenças entre os seres humanos e os animais se constitui na capacidade de utilização da linguagem. Isso porque os animais se comunicam, contudo, não produzem os mesmos signos de comunicação que nós, os humanos.

Os códigos, que chamamos de línguas, são constituídos por signos, ou seja, elementos linguísticos que representam outros elementos não-linguísticos. Letras, que formam as palavras, desenhos, figuras, imagens e sons que dão significado a um significante. Esses códigos utilizados pelos povos, cada qual conforme sua cultura linguística, seu vocabulário e sua estrutura semântica, permitem que se estabeleçam situações sociocomunicativas.

As situações sociocomunicativas organizam nosso cotidiano. Esse processo ininterrupto ocorre por meio da linguagem que nos aproxima e nos distancia das pessoas, pelo uso que fazemos dela. É por ela que sistematizamos nossos conhecimentos adquiridos no tempo passado ou no tempo presente, interagimos com nossa família, amigos, colegas, enfim, com nosso meio social, com o mundo que nos cerca e que, inevitavelmente, transforma-se constantemente.

Em Timor-Leste as ações comunicativas frequentemente se chocam. Aqui, são muitas as línguas em contato. Esse fator, por vezes, causa certo receio ao falante no momento de dar sua opinião ou expressar suas ideias sobre determinado assunto. O fato é que o conhecimento é melhor difundido se o enunciador tiver domínio da língua ao produzir uma ação sociocomunicativa. Quando o falante conhece muitas línguas, um pouco de cada uma, é possível que haja a comunicação, mas nem sempre é possível a argumentação, a defesa de um ponto de vista da maneira como esse falante faria em sua língua materna.

Agimos na e pela linguagem. Estamos sempre em contato com o outro, movidos pela

comunicação. Da mesma forma que agimos no outro, o outro age em nós. Comunicar é agir. Comunicar não é apenas falar, mas pensar o dizer, almejando produzir um resultado de interligação de ideias com o interlocutor, no caso da argumentação, tentando persuadir o outro.

Por isso, quando objetivamos agir, não apenas falamos, mas argumentamos. Seja de forma verbal ou não verbal. Argumentar é falar sobre algum assunto com conhecimento suficiente para fazer com que o ouvinte entenda suas ideias e as considere, pense sobre elas. Muito bem, acho que já podemos falar sobre a importância do domínio da língua e o poder de argumentação. Para isso darei um exemplo da minha prática enquanto professora. Muitas vezes, em minhas aulas de Língua Portuguesa em Timor-Leste, propus atividades que proporcionassem aos alunos argumentarem sobre algum assunto. A primeira impressão que tive é que, na maioria das vezes, muitos deles queriam falar. Eu percebia que não era falta de conhecimento sobre o assunto que os fazia calar, mas a falta do domínio da Língua Portuguesa.

Um dia, como experimento e para sanar minha dúvida, pedi aos alunos que argumentassem na língua tétum, com seu colega, sobre o tema que estávamos trabalhando. Nesse momento a sala se encheu de vozes. Um queria falar mais que o outro. Eram ideias diferentes que se misturavam num movimento comunicativo que eu ainda não havia percebido em nenhuma das minhas atividades em sala de aula aqui em Timor.

Essa percepção comprovou a importância do domínio da língua, nesse caso da Língua Portuguesa, para a argumentação. Nem sempre é fácil para as pessoas argumentarem em uma língua em que não tenham conhecimento dos seus signos, da estrutura e do vocabulário, somando a isso o conhecimento sobre o assunto em pauta.

Então, como desenvolver o domínio de uma língua para poder dizer que consegue argumentar por meio dela? Não é uma resposta fácil e nem há uma receita pronta. O conhecimento de uma língua passa por uma complexa sequência de procedimentos de uso, da compreensão auditiva, do conhecimento estrutural e da capacidade de escrita da mesma.

Perguntamo-nos quanto tempo se demora a desenvolver todas essas habilidades? Depende de vários fatores. Um deles é a motivação do aprendiz, o tempo destinado para aprender. Outro é a frequência de uso da língua, quanto mais falar no cotidiano, mais rapidamente irá ampliar o vocabulário, e por consequência melhorar os argumentos. Ainda é preciso ler e produzir textos, de diferentes gêneros, entre outros tantos exercícios de uso da língua.

Há um ditado muito importante, que já ouvi de meus alunos e de amigos timorenses algumas vezes, que diz: “Fala bem ou fala mal, mas fala”. Para mim é muito interessante pensar assim. Na oralidade podemos produzir e agir no processo comunicativo sem, necessariamente, conhecer a estrutura escrita da língua, porém, tanto na oralidade quanto na escrita, é preciso ter coesão e coerência no que se fala. E, para que isso seja possível é preciso ter o domínio da língua.

Assim, o falar bem ou falar mal – que se refere à prática da língua em uso-, é uma das atividades mais eficazes para desenvolver o aprendizado de uma língua. Falando o aprendiz desenvolve uma intimidade com a pronúncia, com as palavras e, também, com a estrutura da língua, além de ampliar o vocabulário. Essas habilidades auxiliam na capacidade de pensar automaticamente na língua que irá enunciar. Competente nessas habilidades, o falante aprendiz terá uma melhor argumentação, obtendo melhores resultados no processo comunicativo.

Cleusa Todescatto

Professora de Língua Portuguesa (PQLP/CAPES)
ctodescatto@hotmail.com

Reflexões sobre a Educação Científica e Tecnológica em Timor-Leste

Desde a Constituição da RDTL, todos os esforços do governo timorense estão voltados à construção e consolidação do Estado-Nação, à estruturação do sistema de administração pública local e à formação de recursos humanos qualificados. Nesse sentido, a educação e a ciência-tecnologia vêm ocupando lugar de destaque nos discursos em diferentes esferas do poder timorense, os quais propagam a ideia de que o domínio do conhecimento das novas tecnologias conduzirá o país ao desenvolvimento social e ao crescimento econômico.

Esses discursos, assim como os efeitos de sentido que produzem devem ser problematizados e cabe à educação refletir acerca das relações de subordinação consequentes das relações de poder globais e regionais que muitas vezes são silenciados nesses discursos. Essas relações de subordinação se fazem presentes, por exemplo, na transferência de conhecimentos científicos que acaba por reforçar a reprodução das relações de dependência, seja por meio do silenciamento da história e culturas locais ou pela ênfase ao conhecimento eurocêntrico. Pensar uma educação científica e tecnológica que atenda as especificidades de Timor-Leste requer refletir sobre as diversas transformações da sociedade contemporânea, em nível mundial.

Os diferentes discursos proferidos tanto no meio acadêmico como nos diversos meios de comunicação nos diz que vivemos a era da “globalização” caracterizada por um processo de ruptura histórica em que o tempo passado é negado. O presente é tão fluido que se torna passado em milésimos de segundo e tudo que é sólido parece

se dissolver ou se transformar. Nessa conjuntura, o espaço não tem limites ou fronteiras, o local e o global se fundem num mesmo espaço-tempo e os diversos são os mesmos. Há um processo de intensificação das relações sociais em que os laços com a história tendem a se romper abalando os referenciais dos indivíduos e das coletividades.

Nesse contexto, a ciência-tecnologia tem assumido um papel central. Somos levados a acreditar que dela dependemos, pois os discursos veiculados nas mídias e cristalizados no senso comum exacerbam seus benefícios e validam sua eficácia baseados numa suposta verdade absoluta e inquestionável. O mito criado em torno dos benefícios científico-tecnológicos faz com que se naturalize o discurso determinista que aponta a tecnologia como fator gerador de desenvolvimento e, por sua vez, de qualidade de vida. Cria-se com isso uma cultura de consumo desenfreado, desconsiderando as relações históricas e de poder envolvidas nos seus processos de produção. Esse discurso se pauta numa visão positivista e utilitarista na qual a ciência-tecnologia é tratada como objetiva e neutra, desprovida de qualquer participação humana e/ou de qualquer interesse político e econômico, como se pudesse falar por si só.

Somos, o tempo todo, interpelados por discursos mercadológicos que nos criam necessidades de consumo de artefatos tecnológicos, como celulares e computadores, e nos convencem de que precisamos estar conectados em rede para fazermos parte desse mundo dito globalizado. A sociedade timorense não escapa à influência desses discursos. Este se reflete na corrida pela aquisição

de aparelhos celulares e a frequência com que se vê, principalmente, os jovens estudantes conectados às redes sociais e consumindo informações sem sequer refletirem sobre sua qualidade ou veracidade.

Nesse sentido, a educação não pode permanecer neutra ou à parte desses processos, tampouco continuar reproduzindo discursos que reforçam uma suposta autoridade e autonomia da ciência, relegando outros saberes. Precisa, sobretudo, problematizar as necessidades e prioridades científico-tecnológica da sociedade na qual se insere, nesse caso Timor-Leste.

Cabe à educação buscar caminhos para superar o modelo linear de ciência-tecnologia, questionar seus mitos e identificar as questões que cercam as relações da ciência, tecnologia e sociedade timorense. Esse caminho pode ser por meio da educação problematizadora, focada numa visão de ciência-tecnologia articulada ao contexto social e voltada à formação de cidadãos aptos para participarem nos processos de tomada de decisões acerca das questões que a envolvem. Isso requer dialogar com a sociedade, conhecer suas especificidades e necessidades sem perder de vista sua história e sua cultura. Diálogo esse que deve ter em conta considerar, além dos saberes codificados, os saberes tácitos, os saberes locais e ancestrais, reforçando assim, a identidade timorense.

Fátima Suely Ribeiro Cunha

Professora (PQLP - CAPES) e Doutoranda em Educação Científica e Tecnológica
fatima_suely@yahoo.com.br